

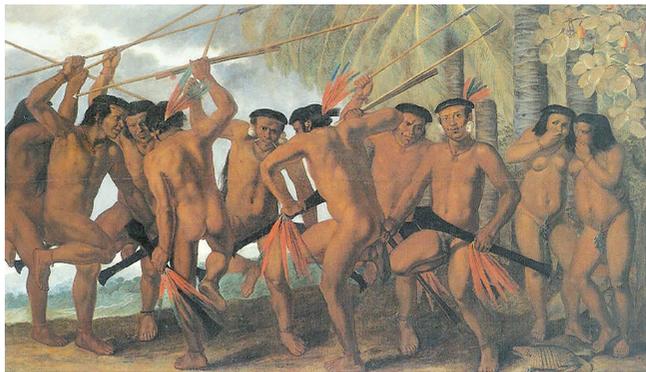
## História social dos povos indígenas e africanos na América Portuguesa

### Povos indígenas

De acordo com pesquisas científicas de arqueólogos e paleontólogos, a presença de nativos nas terras da América do Sul data de milhares de anos.

A indicação vai desde a presença de algumas nações indígenas ainda vivas no presente momento até a descoberta de pequenos materiais que representavam utensílios utilizados no cotidiano dos nativos.

O próprio termo que nomeia os nativos tem origem no suposto equívoco do navegador Cristóvão Colombo, cuja rota era direcionada às Índias. Chegando ao continente americano, e pensando ter atingido seu destino inicial, nomeou os habitantes locais de **índios**.



ECKHOUT, Albert. *Dança dos tapuias*. Óleo sobre tela, 172 cm x 295 cm. Copenhague: Museu Nacional da Dinamarca.

Os povos indígenas se relacionavam com a natureza para que dela pudessem extrair, de maneira equilibrada, o suficiente para sua sobrevivência.

Dentre os principais grupos que existiam no Brasil, é possível mencionar os **jês**, os **nuaruaques**, os **caraibas** e os **tupis**, com estes últimos os portugueses tiveram contato inicial. Atualmente, há aproximadamente 220 grupos tribais no Brasil e cerca de 50 grupos que ainda não mantiveram contato com a civilização.

As nações indígenas apresentam características culturais diferenciadas. Não se pode aqui afirmar que todos os índios que compuseram a população de nativos na América do Sul apresentaram as mesmas relações comportamentais, pois muitos grupos dispuseram de características peculiares, como a língua, os sistemas religiosos e as relações sociais.

É importante mencionar que os ameríndios maias, incas e astecas desenvolveram grandes civilizações antes da chegada dos conquistadores europeus, chegando inclusive a produzir cidades-Estado com certo nível de urbanização e sofisticação, muitas delas com milhares de habitantes.

De uma forma geral, os grupos indígenas que contribuíram para a formação do povo brasileiro apresentaram alguns aspectos comuns, que serão descritos a seguir.

- Eram comunidades coletivistas, sem a existência de classes sociais, desenvolviam um padrão de culto politeísta animista, isto é, divinizavam e adoravam vários deuses, que representavam elementos da natureza.
- O trabalho era dividido, tomando como referência o sexo e a idade dos indivíduos, portanto com funções para os diferentes integrantes de cada comunidade.
- Os mais velhos exerciam a função de líderes da tribo, seja o Cacique ou o Pajé (curandeiro e pai espiritual), estes eram responsáveis pela transmissão dos conhecimentos para os mais jovens, determinavam as leis, que eram transmitidas pela oralidade, e estabeleciam a divisão das tarefas.
- Os homens mais jovens poderiam se dividir, de acordo com as habilidades, em caçadores, guerreiros (protetores do grupo) e ainda desenvolver outras tarefas produtivas.
- As mulheres se dedicavam às crianças, às atividades artesanais, auxiliavam nos roçados, preparavam o alimento e tinham o papel educacional.
- Pelas limitações técnicas e pela própria natureza da organização, a comunidade indígena não produzia excedentes, armazenando pequenas reservas e dividindo os alimentos de acordo com a necessidade do grupo.



Membros da tribo indígena lauanauá, do estado do Acre.

No interior das comunidades indígenas, os nativos se confraternizavam por meio de rituais, danças e atividades que simulavam lutas. Essas tradições eram cultivadas e transmitidas para as demais gerações.

No entanto, não se pode afirmar que as comunidades indígenas eram sempre amigáveis em suas relações, pois, geralmente, era normal que as tribos tivessem desavenças internas, ou ainda se enfrentassem em disputas por determinadas áreas. Os conflitos também aconteciam quando determinadas tribos eram submetidas aos conquistadores, passando a servir aos interesses dos exploradores.

Saiba mais

Analisando o sistema colonial, percebe-se uma intensa ligação entre o Estado absolutista português e a Igreja Católica, pois os interesses de ambos acabaram convergindo no projeto de colonizar o Brasil.

Portugal necessitava de uma instituição parceira, que pudesse ser um instrumento facilitador na instalação da empresa colonizadora no Brasil, minimizando as tensões, promovendo o acolhimento da população nativa e a educação da mesma aos moldes da cultura europeia.

A Igreja pretendia expandir a fé cristã e combater o avanço do protestantismo. Ela expressava, no século XVI, os desígnios da Contrarreforma, lutando para alcançar novos fiéis, e o Novo Mundo entraria, evidentemente, nessa disposição.

Com o governador-geral Tomé de Souza (1549), veio a missão jesuítica, sob a liderança de Manuel da Nóbrega, que deveria promover a catequese dos nativos e a educação colonial para índios e colonos.

Dois escolas foram fundadas inicialmente, uma em Salvador, a dos Meninos de Jesus, e uma na vila de Piratininga, o Colégio de São Paulo.

O ensino da leitura e da escrita era acompanhado de forma rígida, com uma disciplina que envolvia castigos corporais, e o regime educacional avançava pela territorialidade da colônia.



CALIXTO, Bénédicto. *Evangelho nas selvas*. 1893. Óleo sobre tela. 58,5 cm x 70 cm. Pinacoteca do Estado de São Paulo.

As missões chegavam às aldeias e tribos, e assim nasciam os primeiros aldeamentos, que representavam estratégias para garantir um número cada vez maior de índios no processo de civilidade católica.

Logo é criada, por José de Anchieta, a gramática tupi, cujo objetivo era facilitar a comunicação e o ensino para diferentes tribos, para isso se ensinava tanto o tupi quanto os ritos católicos portugueses.

Assim, a Companhia de Jesus avançava pelo Brasil e, por meio de suas missões, participava consideravelmente do povoamento territorial.

A empresa mercantilista optou pela exploração da mão de obra escrava, considerada mais lucrativa para o comércio internacional, além do fato de que o africano detinha o conhecimento de técnicas de lavoura e metalurgia que o índio não dominava.

Esse fato contribuiu de forma considerável para que a Companhia de Jesus tivesse mais liberdade para desenvolver suas atividades, o que certamente levava os jesuítas

a fazerem uso do trabalho dos nativos, em diferentes atividades, ligando as missões às lavouras de subsistência até a exploração de drogas do sertão.

O índio supostamente domesticado pelos jesuítas era uma ferramenta para que a Companhia viesse a prosperar.

Contudo, os choques com os colonos ocorreram, principalmente nas áreas de difícil acesso para obtenção de mão de obra escrava africana, quando os colonos, com poucos recursos, quiseram se aproveitar da pacificação dos índios, ou seja, tirar proveito daqueles nativos considerados de cruz (evangelizados).

A acumulação de excedentes por parte da Companhia de Jesus facilitou a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, o que ocorreu em 1759, por meio do Alvará Régio de 28 de junho, imposto pelo Marquês de Pombal, que os acusava de constituírem um Estado dentro de um Estado, ou seja, um império à parte.

## Povos africanos

Para compreender a importância dos africanos na história da formação do povo brasileiro, é necessário saber um pouco a respeito dos caminhos percorridos por eles até sua chegada ao Brasil.

No século XIV, escravos africanos foram utilizados em atividades artesanais e domésticas na França e na Inglaterra, bem como em muitas colônias europeias.

Os africanos foram subjugados à condição de escravos, relação que se intensificou pelos grandes lucros proporcionados pela empresa mercantilista europeia, que se valia do tráfico negreiro internacional.

A obtenção desses povos para utilizá-los como escravos, estava relacionada a algumas modalidades de exploração. A prática mais comum era, por exemplo, que os mercadores portugueses invadissem o continente africano e fizessem capturas nas tribos. Os africanos eram aprisionados e submetidos de forma violenta às ordens dos dominadores que os transportavam para a América.

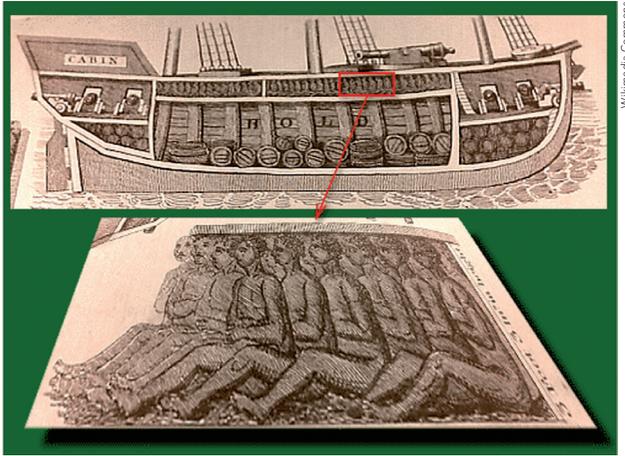
Outra forma de apreensão dava-se por meio dos conflitos intertribais, ou seja, as tribos entravam em conflito, e as vencedoras vendiam ou trocavam as derrotadas, negociando-as com os mercadores europeus, muitas vezes em troca de ouro, cobre, ou simplesmente de produtos como fumo e cachaça. Ou seja, tratava-se de uma prática que, para muitos, poderia ser considerada como escambo.

No que se refere a Portugal, não se poderia pensar no processo de colonização do Brasil sem “o braço do escravo” na atividade produtiva, inicialmente na lavoura canavieira.



A África é berço de variadas etnias e culturas que contribuíram com a formação do povo brasileiro.

Os escravos eram transportados em condições sub-humanas em navios que ficaram conhecidos como **tumbeiros**. As famílias e as tribos eram divididas para evitar futuras rebeliões.



Navio tumbreiro.

Acometidos pelas mais diversas moléstias que alcançavam os porões fétidos, muitos acabavam morrendo, alguns cometiam suicídio devido à profunda tristeza e à saudade de suas famílias.

O destino eram os portos de Recife e Salvador, nos séculos XVI e XVII, e do Rio de Janeiro, no século XVIII.

Dos povos africanos que aqui chegaram, os principais foram os **bantos**, trazidos de Moçambique, Angola e Congo, e os **sudaneses**, oriundos da Costa do Marfim, da Nigéria e de Daomé.

O trabalho intenso e os maus tratos reduziam a expectativa de vida dos escravos, que ficavam reclusos nas senzalas.

A Igreja acabou sendo um instrumento da metrópole portuguesa ao dar o suporte ideológico, empregando argumentos de ordem religiosa para justificar a exploração da escravidão.

Entre essas ideias, que causavam graves distorções no entendimento dos colonos, tem-se como exemplo a afirmação de que "os africanos eram seres que não tinham alma, a África era o inferno, e a América, o purgatório. Os africanos deveriam se manter fiéis aos seus senhores para que, por meio do trabalho, pudessem alcançar a redenção".

As torturas que foram empregadas eram as mais diversas, como chicotadas, amputações, marcações por ferros, prisões e tantos outros males que feriam a dignidade humana.

Não suportando tamanha humilhação e sofrimento, a comunidade escrava instalada na colônia passou a reagir: fugas, motins, execução de feitores, incêndios etc. Ciladas eram armadas para senhores de engenho, além do suicídio e do aborto, buscando-se várias formas de impedir que continuassem sendo alvo do trabalho forçado.

Algumas práticas religiosas, incluindo rituais de feitiçaria, eram uma forma de oposição diante da religião e do deus dos brancos. Acreditavam que lançar feitiços poderia ocasionar enfermidades e até a morte de membros da família do senhor de engenho, bem como dos próprios feitores.

Das formas de rebelião negra, a que exerceu maior impacto foi a constituição de pequenos núcleos de resistência, os **quilombos**. Considerava-se que estes representavam a África, na forma de organização política, econômica e social.

Existiram quilombos nas mais diferentes regiões do Brasil, como exemplo, é possível citar em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, com destaque para o de Palmares.

O Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas, chegou a reunir uma população de aproximadamente 50 mil habitantes, alcançando um crescimento significativo na época da invasão holandesa a Pernambuco, o que gerou uma desordem no sistema de controle escravista, acarretando um maior número de fugas para o quilombo.

A economia do quilombo baseava-se na atividade agrícola de subsistência; seus habitantes não se constituíam apenas de negros fugitivos, como também de mestiços, brancos pobres foragidos da justiça e índios.

Palmares cresceu de tal forma que acabou se comunicando com regiões vizinhas, promovendo atividades de troca.

O heroísmo do núcleo de resistência africana à escravidão se imortalizou na figura de Zumbi dos Palmares, liderança que foi mitificada como bandeira da resistência negra contra a exploração no Brasil.

O Quilombo de Palmares, que tanto resistiu às diversas incursões sobre os seus arraiais, foi destruído por completo em 1695, com a derrubada de seu núcleo principal, a Cerca Real dos Macacos, pela ação do grupo de Domingos Jorge Velho. O dia 20 de novembro de 1695, dia da execução de Zumbi, foi consagrado como Dia da Consciência Negra, uma bandeira pela resistência ao racismo, contra a exploração de minorias étnicas e um símbolo da luta racial e democrática no Brasil.

A influência da cultura africana no Brasil compôs uma das bases para a identidade nacional, juntamente com a cultura indígena e europeia.

Se a parte da casa que apresenta as melhores iguarias e gostosuras é considerada a cozinha, para alguns sociólogos, a Bahia seria a cozinha do Brasil, já que grande parte da contribuição para o processo de formação do povo e da cultura brasileira se originou da antiga capital.

Essa contribuição pode se confirmar das mais diferentes formas: nos ritmos, na dança, no batuque, no vocabulário, na culinária, nas formas de devoção e no sincretismo religioso, que avançou por meio do catolicismo popular.

## Economia agroexportadora brasileira e complexo açucareiro

Foi possível compreender anteriormente as relações de poder político e econômico que configuravam o pacto colonial, o qual submetia a colônia aos interesses da metrópole.

A atividade econômica aqui desenvolvida estaria, logicamente, relacionada aos interesses da metrópole lusa e da própria economia europeia, que tornava a América Portuguesa uma área de complementaridade, fornecedora de produtos tropicais.

A montagem da empresa açucareira passava por uma conjugação de fatores, entre eles estavam: a alta lucratividade do produto no mercado internacional, a oferta de crédito por parte dos holandeses, que integravam as Repúblicas Unidas dos Países Baixos e promoviam o refino e a comercialização do produto.

Além disso, a cultura açucareira era conhecida pelos portugueses desde o século XIII, visto que cavaleiros cruzadísticos e árabes traziam o açúcar para a Europa na Idade Média, mas

o Estado português somente passou a investir nessa cultura a partir do século XIV.

Os portugueses já desenvolviam a cultura açucareira na costa africana, no entanto, para que pudessem iniciar a produção no Brasil, teriam que contar com condições ambientais favoráveis e esperar que essa prática se tornasse um agente facilitador do povoamento.

Como no Brasil não foram encontradas reservas auríferas na costa litorânea, esse era mais um motivo para que a plantação de cana-de-açúcar fosse bem-sucedida, além do mais, contava com todo apoio e motivação da Coroa lusa.

A atividade econômica teve suas bases montadas no Nordeste, com forte destaque para a região que vai de Pernambuco à Bahia, recebedora da maior parte das unidades produtivas.

O investimento nas unidades produtivas, os engenhos, era assegurado pelas relações entre o Estado português e a Holanda. Donatários, governadores-gerais e aqueles que detinham recursos e haviam recebido sesmarias (lotes de terras) atuaram nessa atividade econômica.

O campo era o centro dinâmico da economia açucareira, e a fazenda (o engenho), com suas divisões, representava a essência das relações socioeconômicas na colônia para aquele período de ascensão da produção de açúcar.

A configuração do engenho era basicamente: casa-grande, se

A **casa-grande** constituía o núcleo administrativo do engenho, onde as relações sociais aristocráticas se manifestavam na fazenda. Lá moravam os familiares do senhor de engenho e os agregados.

A **senzala** era o espaço onde os escravos ficavam confinados após o trabalho e teciam relações de convivência.

A **capela** simbolizava o poder da Igreja no engenho, a forma de abençoar a produção, cristianizar os colonos e manter os escravos no padrão de enquadramento das forças de dominação colonial, uma vez que, de acordo com a pregação religiosa, o escravo deveria ser obediente aos desígnios sagrados e se manter submisso às desventuras do trabalho para que assim alcançasse a futura salvação.

A **moenda**, a **casa de purgar** e as **caldeiras** representa-vam a fábrica de açúcar, ou seja, o engenho propriamente dito. Nesse espaço, a cana era processada, e a partir daí, a garapa era obtida; ocorria, então, a fervura e, conseqüentemente, era obtido o açúcar em seu estado bruto.

Para que toda a atividade produtiva no modelo monocultor agroexportador acontecesse, era fundamental que houvesse a mão de obra, que, como já é sabido, seria do escravo africano, pois o tráfico negreiro era potencialmente lucrativo e, além disso, o nativo indígena estava praticamente exterminado do litoral brasileiro.

O escravo africano era considerado uma mercadoria de valor, sendo subjugado a uma condição de tratamento desumano, recebendo por seus serviços prestados, nos dizeres do jesuíta André João Antonil, os três "pês": pau, pano e pão.

Não se pode afirmar que não houve o emprego de mão de obra escrava indígena. Esta existiu, porém o índio foi considerado o "escravo branco da terra", e se comparada à exploração do escravo negro, a do índio se deu em menor escala.

Existia também na fazenda a mão de obra livre, por conta de algumas atividades que requeriam uma maior especialização, essas tarefas eram desempenhadas por artesãos e feitores, cuja principal função era vigiar e reprimir possíveis fugas nas fazendas.

A fazenda representava uma autarquia, ou seja, um núcleo praticamente autossuficiente. Será que na fazenda só existia atividade monocultora? Como os moradores se alimentavam?

Na fazenda, havia áreas destinadas à atividade policultora com a presença de trabalhadores livres, os considerados roceiros, ou ainda com os próprios escravos, que produziam para os seus senhores.

Foi transportada para o Brasil Colônia uma instituição feudal, conhecida como **Brecha Camponesa**, na qual o escravo trabalhava na lavoura policultora subsistencial, vivenciando uma prática que se assemelhava ao relacionamento entre o senhor feudal europeu e o servo; no caso do escravo, dependendo do desempenho e da fidelidade prestados na fazenda e na atividade policultora, poderia até conseguir a alforria.

A sociedade açucareira pode ser vista, em parte, como o "transporte" da sociedade europeia para a colônia.

O caráter da sociedade açucareira era patriarcal; a liderança caberia ao senhor de engenho, que, juntamente com seus familiares, exercia todos os privilégios sociais. No que diz respeito às relações de matrimônio, os casamentos só poderiam acontecer no mesmo grupo social, ou seja, a sociedade era endogâmica.

A característica católica da colonização influenciava as relações familiares e comportamentais; muito embora, porém a monogamia fosse apreçoada pelo catolicismo, o senhor de engenho mantinha relações com as escravas domésticas, inclusive tendo filhos, os quais eram considerados ilegítimos. A fazenda se transformava, então, em um espaço de miscigenações, contribuindo para a montagem de um mosaico multiétnico, envolvendo negros, índios e brancos.

O Ciclo do Açúcar era socialmente estamental; praticamente inexistia qualquer mobilidade social, ficando a sociedade quase restrita aos senhores de engenho e aos escravos.

As vilas e as cidades que surgiam tinham a função de promover o intercâmbio comercial, a fiscalização e o escoamento produtivo, porém, por mais que elas existissem, a força econômica do campo era tamanha que não se pode considerar o desenvolvimento de uma classe média na sociedade açucareira.

## O papel dos holandeses

O sucesso da empresa colonial açucareira no Brasil está relacionado à burguesia flamenga, integrada aos Países Baixos.

Eram os flamengos que financiavam a produção açucareira e promoviam o refino e a comercialização do produto, fato explicado pelo fortalecimento de uma classe de comerciantes e banqueiros, muitos deles descendentes de judeus. Atuaram fortemente no Renascimento Comercial dos séculos XI ao XIII e, mesmo em períodos de crise, continuaram à frente de atividades comerciais e de crédito na Europa.

No início do século XVI, a doutrina calvinista representou para os holandeses um elemento fortalecedor de suas práticas econômicas, já que a disciplina para o trabalho era estimulada.

Os holandeses eram conhecidos como os "carreiros do Atlântico", os senhores da terra do açúcar. Por isso, a aproximação entre portugueses e holandeses era uma tendência que impulsionava a economia açucareira internacional.

Contudo, os conflitos entre holandeses e espanhóis acabaram por dificultar essas relações econômicas que envolviam, inclusive, o Brasil. Mas por quê?

A Holanda representava uma área dominada pelo Império Espanhol na Europa Medieval, e os espanhóis não aceitavam a autonomia para essa região, muito embora, desde a Baixa Idade Média, os holandeses apresentassem significativa autonomia nas relações comerciais. Desde 1572, as províncias

unidas dos Países Baixos (Holanda, Bélgica, Luxemburgo) requeriam a autonomia diante da Espanha.

A União Ibérica, de 1580 a 1640, materializou o domínio da Espanha sobre o Império Colonial português devido à ausência de sucessores diretos para o trono português após a morte do rei D. Sebastião. Filipe II, rei da Espanha, assumiu o trono de Portugal por ser o descendente em condições dinásticas mais próximas para estar à frente do império luso. Por meio do Juramento de Tomar, ele se comprometia a respeitar o tesouro real português e, ao mesmo tempo, proteger o trono luso, o que não chegou a acontecer, pois a Espanha fez uso das reservas financeiras portuguesas para o financiamento de suas guerras.

Mas é importante considerar que a nobreza feudal e a burguesia portuguesa tinham interesses na atividade mineral próspera exercida pela Espanha e acreditavam que um rei espanhol sobre o trono português poderia facilitar o alcance dessas intenções. Os limites do Tratado de Tordesilhas foram abandonados, já que os espanhóis dominaram o império unificado, o que acabou possibilitando uma ocupação lusa sobre os territórios espanhóis, facilitando a expansão territorial brasileira.

## Bloqueio espanhol × invasões holandesas

Como a Espanha passava a controlar o Império Colonial luso e era rival da Holanda, logo promoveu um bloqueio comercial marítimo, proibindo que os holandeses continuassem sua atividade comercial com as colônias lusas, entre elas o Brasil.

Com o intuito de romper o bloqueio, os flamengos criaram duas companhias comerciais, a Companhia das Índias Orientais (1602), que deveria romper o bloqueio no oriente afro-asiático, e a Companhia das Índias Ocidentais (1621), que visava alcançar a costa atlântica da África e a América Portuguesa.

Os holandeses reconheciam que não poderiam perder os investimentos feitos no cultivo do açúcar, nem permitir que o Brasil “escapasse” de sua influência.

A primeira invasão ocorreu em 1624, em Salvador, então capital da colônia, pois havia o entendimento de que, se dominassem o centro administrativo, todas as outras territorialidades se renderiam.

Passaram alguns meses na Bahia, mas o movimento não obteve êxito, sendo derrotado por uma coalizão que reunia representantes da Igreja Católica e colonos, erguendo um levante anticalvinista, conhecido como a Milícia dos Descalços. Isolaram os holandeses em Salvador, sendo estes derrotados e expulsos da Bahia pela Jornada dos Vassalos, que unia portugueses e espanhóis.

A segunda invasão, ocorrida em 1630, chegou a prosperar por um período mais longo. Dessa vez, os flamengos estavam bem mais organizados e equipados; saquearam barcos e colônias espanholas, invadiram o Nordeste e dominaram Pernambuco.

Em um primeiro contato, muitos senhores de engenho reagiram, chegando inclusive a pôr fogo nos engenhos, outros abandonaram a cultura açucareira e acabaram partindo para o interior, atuando na atividade pecuarista, o que fortaleceu, nesse período, a interiorização da colônia, contribuindo para o povoamento.

Muitos escravos se aproveitaram do contexto de invasão para fugirem para o Quilombo de Palmares, em Alagoas, abandonando as fazendas e deixando os seus senhores lutarem em seus próprios conflitos.

Alguns senhores de engenho passaram a resistir no Arraial do Bom Jesus, contudo essa fortaleza acabou sendo derrotada pela própria aliança que os holandeses conseguiram articular com alguns grupos locais. Nessas alianças, destaca-se a figura do mulato Calabar, comerciante que conhecia bem o território do arraial e que foi tido como culpado durante

séculos pela história tradicional. Naturalmente, é possível entender que Calabar escolheu o domínio colonial holandês, a ter que permanecer sob o controle dos luso-espanhóis.

A Companhia das Índias Ocidentais precisava conquistar a confiança dos senhores de engenho e, para isso, precisava desenvolver várias políticas que os privilegiassem. Então, uma saída encontrada foi a vinda, para o Brasil, do nobre e administrador Maurício de Nassau.

O governo de Nassau (1637-1644), no Brasil holandês, deveria compreender uma extensão territorial litorânea do Rio Grande do Norte a Alagoas, e, para que a administração tivesse chances de prosperar, o projeto de aproximação para com os pernambucanos foi aplicado.

A cidade de Recife foi urbanizada, vários pântanos drenados e ruas ampliadas. Biblioteca, observatório e missão científica foram marcas da administração de Nassau para a então conhecida Cidade Maurícia.

A liberdade religiosa foi concedida aos católicos, e a Câmara dos Escabinos (câmara municipal aos moldes da Holanda) colocaria a elite pernambucana no poder, graças aos privilégios políticos dos holandeses.

Uma das ações mais importantes realizadas por Nassau foi a concessão de empréstimos para que os senhores de engenho pudessem recuperar, aparelhar e modernizar suas propriedades. Assim, Nassau conquistava o respeito dos senhores de engenho, além de gerenciar, de modo mais pessoal, as posses destes.

Em 1640, a União Ibérica chegou ao fim com a restauração promovida pelo rei D. João IV, na famosa Restauração de Bragança.

Em seguida, foi estabelecida uma trégua entre portugueses e holandeses, conhecida como a **Trégua dos Dez Anos**. Contudo, a trégua foi rompida por parte dos flamengos com a invasão do Maranhão e de Sergipe, no Brasil, e de São Tomé, São Paulo de Loanda e Guiné, na África, certamente pelo interesse nos escravos.

A partir de então, as políticas para os senhores aristocratas pernambucanos se tornaram extremamente áspers, com a cobrança dos empréstimos, a exigência do aumento da produção açucareira e, ainda, as limitações de culto.

O afastamento de Nassau foi inevitável, com o rompimento da trégua e os novos interesses da administração da Companhia das Índias Ocidentais.

Em seguida, os senhores de engenho, buscando garantir o controle sobre suas respectivas propriedades, iniciaram um levante que reuniu negros, índios e brancos contra os holandeses, fazendo-os assinarem a Rendição da Campina da Taborda, em 1654.

Em 1661, foi assinada a **Paz de Haia**; por meio dela, a República das Províncias Unidas reconhecia que o Nordeste do Brasil e Angola pertenciam a Portugal, mediante o pagamento de uma indenização de 4 milhões de cruzados.

Com o distanciamento dos flamengos, o Estado português se aproximava de um novo parceiro, que havia mediado o reconhecimento da Paz de Haia. Com a assinatura do tratado de paz, firma-se uma união entre Inglaterra e Portugal, na qual a Coroa britânica saía com grandes lucros em relação à lusa. Como exemplo, há o domínio sobre antigas colônias portuguesas, como Tânger e Bombaim, e um dote pelo casamento entre a princesa Catarina e o rei Carlos II.

Com o fim do domínio holandês, o Brasil se transformou na principal fonte econômica de Portugal, devendo suprir todo o déficit do tesouro real português à época da União Ibérica. Um dos instrumentos que seriam utilizados pelos portugueses seria o **Conselho Ultramarino** (1642), que aumentava a fiscalização e a arrecadação na colônia, controlando a saída e a entrada de navios mercantis.

É interessante lembrar que a Coroa lusa vivenciava tempos de crise, já que a Holanda, conhecedora da técnica açucareira, agora produzia, nas Antilhas e na Guiana, um açúcar de melhor qualidade, com preço mais baixo.

## A mineração no Período Colonial e as atividades subsidiárias

Há uma constatação de que o Brasil continua sendo um país potencialmente rico em termos minerais, e essa não é apenas uma conclusão dos brasileiros, é um fato de caráter interna-cional. A partir disso, é possível reconhecer que a mineradora Vale desperta interesses de investidores internacionais, sempre atentos às novas descobertas de jazidas minerais. A atividade mineradora, no século XXI indica que o solo e o subsolo do Brasil são realmente abundantes em riquezas minerais.

Contudo, no início do processo de conquista e povoamento da América Portuguesa e montagem da empresa co-olonial exploradora, essa constatação não foi imediata, pois

colonizar o Brasil era um ato de risco elevado, uma vez que, para extrair o potencial colonial, fazia-se necessário grande investimento para que as riquezas fossem encontradas.

A descoberta do potencial mineral não foi realmente algo imediato. Somente no final do século XVII aventureiros bandeirantes alcançaram reservas auríferas que chamaram a atenção de diferentes populações, inclusive da própria Coroa portuguesa. Com a expulsão dos holandeses do Nordeste (1654), a concorrência do açúcar antilhano e a consequente decadência da economia açucareira, a atividade mineradora foi impulsionada.

No século XVIII, a região das Minas Gerais passou a vivenciar uma explosão demográfica, com a presença de aventureiros das mais diferentes partes do mundo, inclusive de Portugal, além da própria população colonial que passou a acreditar no rápido enriquecimento.

Um fato importante que merece ser considerado diz respeito à crise das manufaturas portuguesa, com o Tratado de Methuen (1703), que determinava um acordo comercial entre Portugal e Inglaterra, no qual o vinho português seria comprado pelos ingleses, enquanto os tecidos britânicos seriam vendidos para Portugal, o que levou à decadência da atividade manufatureira lusitana, contribuindo para que muitos artesãos deixassem a metrópole e tentassem a sorte no Brasil.

A população da colônia passou de 300 mil habitantes em 1700 para cerca de 3 milhões em 1800. Levas de pessoas chegavam à região das minas com o sonho de enriquecimento rápido, com vontade de ascender, depositando sua sorte na descoberta de novas jazidas.

A Coroa portuguesa criou, em 1702, a Intendência das Minas, órgão de fiscalização, administração e policiamento da região mineradora. Em cada capitania, cujas jazidas auríferas eram encontradas, uma intendência era erguida; esse era o padrão da administração metropolitana no Brasil.

A metrópole intensificou sua presença, promovendo a distribuição das **datas** (lotes auríferos para exploração oficial) e efetivando a cobrança do **quinto** (20% da exploração alcançada por cada proprietário em sua respectiva área de exploração); o número de datas entregue aos exploradores estaria diretamente associado ao número de escravos.

Inicialmente, a exploração do ouro foi algo feito sem o devido controle, e o destaque inicial era para pequenas áreas com mão de obra de aventureiros, sem compromisso quanto ao pagamento de tributos; essa modalidade era conhecida como **faiscação**.

Com o passar dos anos, devido ao aumento do fluxo migratório e ao despertar de Portugal para a riqueza que o ouro representava, a fiscalização aumentou, ao mesmo tempo em que o trabalho de extração se tornou mais sofisticado e complexo, ocorrendo em grandes propriedades, com um número maior de escravos; esse processo ficou conhecido como **lavra**.

A explosão demográfica na região mineradora levou à expansão do mercado interno e à diversificação de atividades profissionais, formando uma classe média colonial, da qual faziam parte artesãos, químicos, médicos, jornalistas, advogados, clérigos, comerciantes, administradores da Coroa, fiscais de obra e cobradores de impostos. Então, quanto maior a riqueza encontrada, mais forte é a atração populacional, assim como era maior a geração de negócios diversos associados de forma direta ou indireta à mineração.

Na economia colonial açucareira, a sociedade estava basicamente dividida entre senhores e escravos, enquanto a atividade mineradora levava a uma maior mobilidade social, se comparado ao mundo do açúcar.

Na Região Centro-Sul, ocorreu a ampliação da infraestrutura para a acomodação socioeconômica: aparecimento de novas vilas e povoados, abertura de estradas, hospedarias, estalagens e casas de fiscalização.

O eixo econômico deslocou-se do Nordeste para o Centro-Sul, com isso o Rio de Janeiro se tornou a capital colonial em 1763.

O investimento na mineração era reconhecidamente menor do que na economia açucareira, muito embora a mão de obra escrava negra continuasse sendo a mais numerosa na região, o que estimulava o governo a cobrar a **capitação**, o tributo específico para o número de escravos na região.

De forma geral, comparando os dois momentos econômicos, o "Ciclo do Açúcar" e a mineração, é fácil concluir que as duas sociedades eram profundamente desiguais e violentas, mas no que tange à segunda, houve uma maior mobilidade social e um fluxo mais intenso de riquezas para as diferentes camadas sociais na região.

O número de escravos alforriados cresceu; acredita-se que esse aumento de libertos diz respeito ao fato de muitos escravos atuarem, nos momentos que seriam reservados ao descanso, nas áreas livres, explorando pepitas, que seriam trocadas pela alforria.

A figura de Chica da Silva não representou uma regra generalizada para a época, já que ela era uma ex-escrava que enriqueceu pela união com um rico contratador (empresário) de diamantes, chegando a circular nos ambientes aristocráticos e sendo recebida, claro, não pela sua origem, mas pela riqueza ostentada diante da elite da época.

As regiões das Minas Gerais e da área correspondente ao Mato Grosso se comunicavam pelas caravanas comerciais, que passaram a aproximá-las, mas, mesmo com o intercâmbio comercial, o abastecimento das regiões mineradoras era insuficiente, o preço dos alimentos correspondia às tendências de mercado, havendo uma hiperinflação no custo dos gêneros alimentícios, o que certamente multiplicava a violência e a miséria na região.

Na presença da Coroa, por meio de seus representantes, não era respeitada. Os aventureiros, colonos e proprietários das minas criavam estratégias para que o ouro fosse comercializado sem que Portugal recebesse todo o tributo, caso contrário, os lucros dos grupos em questão diminuiriam.

Comercializar as pepitas ou o ouro em pó sem passar pelos olhares da fiscalização oficial passou a ser um desafio para aqueles que lucravam com a exploração aurífera. Os contrabandistas dispunham de diversas estratégias para transportar o ouro para fora das Minas Gerais. Utilizavam o corpo de mulas, as escravas, as roupas que levavam as mulheres, como também as imagens de seus ídolos religiosos. Desse último método se originou a expressão do “santinho do pau oco”, que ficou conhecida por gerações e ainda é usada nos dias atuais.

Supostas procissões aconteciam e os “santinhos” nunca mais voltavam, ou havia ainda o comércio das imagens recheadas de ouro, que ocorria de forma intensa, e, muitas vezes, até funcionários metropolitanos participavam. A corrupção foi também um padrão de amoralidade administrativa presente na época da mineração.

A Coroa portuguesa, entendendo que deveria aumentar a fiscalização para combater o contrabando, criou, em 1720, as **Casas de Fundição**. Essa instituição fiscalizadora estava submetida à Intendência das Minas e deveria retirar o quinto e transformar o ouro em barras.

Ficava determinado que a circulação e a comercialização do ouro da colônia para a metrópole só poderia acontecer oficialmente se esse ouro estivesse em barras e com o selo da Coroa.

Em 1729, na região do Arraial do Tijuco (atualmente, Diamantina), foram encontrados diamantes. Inicialmente, a exploração foi livre, tendo o explorador que pagar o quinto à metrópole. Como o contrabando dessa joia era uma tendência, Portugal percebeu a importância de criar o Distrito Diamantino, em 1740, porém o fez tardiamente, perdendo riquezas para os contrabandistas. Foi estabelecido o regimento desse Distrito, que deveria regular e fortalecer a exploração na região, pois o distrito era considerado uma área à parte da região das Minas Gerais.

A tendência para afastar mulatos e negros alforriados da região se confirmou como uma estratégia para diminuir o desvio de pedras, com a responsabilidade de exploração entregue aos contratadores, que deveriam antecipar à Coroa parte de seus lucros com os diamantes.

Os contratadores eram nobres, homens de posses, supostamente pessoas idôneas, mas a corrupção e os desvios prosseguiram, e Portugal continuou perdendo receita em seus cofres.

Em 1771, a metrópole afastou os contratadores e estabeleceu a extração real na Região do Distrito, mas era tarde, pois a atividade já estava em decadência. De 1741 a 1761, a produção aurífera atingiu o seu ápice, gerando aproximadamente 290 toneladas de ouro.

Contudo, em 1771, o declínio passou a ser uma realidade. Entre os fatores responsáveis por essa decadência estavam o esgotamento das jazidas e o emprego de técnicas rudimentares, que evidentemente, eram impróprias para aquela realidade.



Atlas histórico escolar. Rio de Janeiro: MEC, 1996. (adaptado)

A Coroa portuguesa não tinha interesse em ficar com os prejuízos advindos do enfraquecimento da atividade mineradora e logo decidiu aumentar a tributação, fixando em 100 arrobas de ouro (1 469 kg) o valor a ser arrecadado em cada vila, por ano.

Caso a meta estabelecida não fosse cumprida, a **derrama** seria executada, isto é, soldados portugueses invadiriam qualquer estabelecimento para que a arrecadação fosse completada. Tal medida fez com que a insatisfação popular aumentasse, e fez com que a elite colonial mineradora, que já não mais suportava ter que dividir lucros com a metrópole, ambicionasse os processos de emancipação. Esse clima de contrariedade, juntamente com os ideais iluministas, que começavam a florescer, e as pressões econômicas internacionais acarretariam, mais adiante, a Inconfidência Mineira.

Não se pode deixar de considerar que a atividade mineradora no Brasil estimulou a atividade capitalista internacional, tomando como referencial o mundo europeu.

É interessante lembrar que, pelo Tratado de Methuen (1703), o intercâmbio entre portugueses e ingleses se tornou mais intenso, pois uma parte considerável do ouro extraído no Brasil foi transferida para a Inglaterra. Esse evento fortaleceu sobremaneira o sistema financeiro daquele país e do sistema internacional, possibilitando a concessão de crédito para diferentes atividades econômicas e também estimulando a Revolução Industrial bem como a montagem de uma infraestrutura ferro-portuária para escoamento produtivo, propiciando, assim, a expansão da atividade comercial.

Tanta riqueza fluía no Brasil à época da mineração que, inevitavelmente, a aristocracia desse período sofisticou seus investimentos e assumiu, de maneira mais forte, os padrões europeus de arte e cultura.

São marcas da riqueza da região mineradora as obras de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, materializadas em esculturas que recebiam influência europeia, mas que conservavam um padrão original para o contexto colonial, embelezando as cidades mineiras e as igrejas do século XVIII.

## Atividades subsidiárias

A produção de algodão encontrou espaço para se desenvolver nas regiões do Grão-Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro e Goiás. Inicialmente, a produção era usada para a fabricação de tecido, mesmo com muitas restrições acerca da proibição de manufaturas no Brasil. Porém, logo no século XVIII, com a Revolução Industrial, o Brasil passou a ser um importante polo de abastecimento para a Inglaterra.

O fumo teve como principal núcleo produtor o Recôncavo Baiano. Serviu como moeda de troca na obtenção de escravos e se desenvolveu paralelamente à economia açucareira.

Produzido na segunda metade do século XVIII para a exportação, o cacau era enquadrado inicialmente como droga do sertão, sendo utilizado como matéria-prima para licores, chocolates e manteiga.

A mandioca, de cultura indígena, passou a ser utilizada como alimento pela comunidade branca pobre da colônia, bem como pela comunidade negra escrava, abastecendo as fazendas e as propriedades, nas quais a atividade econômica se associava ao regime escravista de produção.

Já a pecuária, foi uma atividade de complementaridade que acompanhou as diferentes estruturas econômicas, aproveitando-se das margens dos rios para o seu fortalecimento e sustento.

Muitas vilas e cidades surgiram no processo de interiorização, as quais tiveram a formação estimulada pela pecuária, pois, para que essa atividade pecuarista não viesse a afetar as lavouras, ela foi impedida de se desenvolver nas zonas litorâneas, o que acabou também se constituindo como uma estratégia de povoamento da metrópole na colônia.



## Atividades propostas

1. Nas sociedades tupis verificava-se, segundo as teses de vários antropólogos, uma predominância do sistema religioso sobre o sistema social, que condicionava e impregnava todas as atividades dessas comunidades. Os estudos efetuados demonstram a existência de uma grande homogeneidade relativamente ao discurso cosmológico, aos temas míticos e à vida religiosa dos povos tupis-guaranis que atravessava séculos e milhares de quilômetros de distância.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 111.

Interpretando o excerto, pode-se inferir que

- as sociedades nativas estavam estruturadas em padrões coletivistas onde a divisão do trabalho era orientada pela relação entre os fatores sexo e idade.
  - as sociedades primitivas desenvolviam padrões politeístas animistas onde a liderança religiosa era coletivizada pelos chefes.
  - as sociedades tupis foram condicionadas ao coletivismo apoiadas nas crenças cosmogônicas, explicadas por seu sistema mítico religioso.
  - as sociedades ameríndias na América do Sul desenvolviam sua vida religiosa distante de padrões comportamentais que colocavam a esperança em uma vida futura.
  - as sociedades tupis-guaranis foram marcadas pela valorização de sua cultura religiosa que se sobrepunha ao funcionamento da estrutura social.
2. (ENEM) Próximo da igreja dedicada a São Gonçalo nos deparamos com uma impressionante multidão que dançava ao som de suas violas. Tão logo viram o vice-rei, cercaram-no e o obrigaram a dançar e pular, exercício violento e pouco apropriado tanto para sua idade quanto para sua posição. Tivemos nós mesmos que entrar na dança, por bem ou por mal, e não deixou de ser interessante ver em uma igreja padres, mulheres, frades, cavalheiros e escravos a dançar e pular misturados, e a gritar a plenos pulmões “Viva São Gonçalo do Amarante”.

BARBINAIS, Le Gentil. *Nouveau Voyage autour du monde*. In: TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000. (adaptado)

O viajante francês, ao descrever suas impressões sobre uma festa ocorrida em Salvador, em 1717, demonstra dificuldade em entendê-la, porque, como outras manifestações religiosas do Período Colonial, ela

- seguia os preceitos advindos da hierarquia católica romana.
- demarcava a submissão do povo à autoridade constituída.
- definia o pertencimento dos padres às camadas populares.
- afirmava um sentido comunitário de partilha da devoção.
- harmonizava as relações sociais entre escravos e senhores.

3. (ENEM) O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos. Os padres se apresentavam como defensores da liberdade, enfrentando a cobiça desenfreada dos colonos.

CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999. (adaptado)

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas buscaram a conversão dos indígenas ao catolicismo. Essa aproximação dos jesuítas em relação ao mundo indígena foi mediada pela

- demarcação do território indígena.
  - manutenção da organização familiar.
  - valorização dos líderes religiosos indígenas.
  - preservação do costume das moradias coletivas.
  - comunicação pela língua geral baseada no tupi.
4. Era um sonho dantesco... O tombadilho,  
Que das luzernas avermelha o brilho,  
Em sangue a se banhar.  
Tinir de ferros... Estalar do açoite...  
Legiões de homens negros como a noite,  
Horrendos a dançar...

Fragmentos do poema “Navio Negreiro”, de Castro Alves. 18 abr. 1868.

O trecho do poema faz referência histórica à(ao)

- campanha abolicionista.
  - resistência africana.
  - tráfico negreiro.
  - cultura africana.
  - realismo lusitano.
5. (ENEM) Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante ao que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despídos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951. (adaptado)

O trecho do sermão do padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e

- a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.
- a função dos mestres de açúcar durante a safra da cana.
- o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.
- o papel dos senhores na administração dos engenhos.
- o trabalho dos escravos na produção de açúcar.

6. (ENEM) Quando tomaram a Bahia, em 1624-1625, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela e Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comércio do ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram nas mãos dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Com quantos escravos se constrói um país? In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dez. 2008. (adaptado)

Os polos econômicos, aos quais se refere o texto, são

- a) as zonas comerciais americanas e as zonas agrícolas africanas.
  - b) as zonas comerciais africanas e as zonas de transformação e melhoramento americanas.
  - c) as zonas de minifúndios americanas e as zonas comerciais africanas.
  - d) as zonas manufatureiras americanas e as zonas de entreposto africano no caminho para a Europa.
  - e) as zonas produtoras escravistas americanas e as zonas africanas reprodutoras de escravos.
7. Leia o fragmento a seguir.

Que sejam trazidos duzentos carneiros de cargas, daqueles que costumam trazer e carregar a prata de Potosi, para acarrear o ouro e a prata.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 97. (adaptado)

O fragmento apresentado, de 1609, destaca uma das medidas tomadas por D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, para intensificar a busca por metais e pedras preciosas no interior do território. Nesse documento, o imaginário colonial português se constitui pela influência

- a) da notícia sobre as riquezas do território espanhol, que circulava na colônia portuguesa.
- b) do consumo interno de especiarias espanholas, que tornava a vida cotidiana na colônia mais aprazível.
- c) da quantidade de prata extraída nas Minas Gerais, que aguçava o interesse da população litorânea.
- d) da carência dos transportes nas regiões auríferas, que obrigava os colonos a escravizar indígenas.
- e) da eficiência administrativa da Coroa espanhola, que foi apropriada como modelo pelos portugueses.